



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Serviço Social e Violência Sexual Infantil: tensionamentos ético-políticos na formação de assistentes sociais

Social Work and Child Sexual Violence: ethical-political tensions in the training of social workers

Maria Clariça Ribeiro Guimarães¹

Eixo Temático: 05- Gênero, sexualidades e violência doméstica

Introdução

Frente a crescente violência sexual contra crianças e adolescentes se fazendo presente cotidianamente nos espaços sócio ocupacionais de atuação de assistentes sociais, a questão a nos mover no presente estudo, centralmente, consistiu em voltarmos nosso olhar para a formação profissional na área, visando identificar a opinião de estudantes do curso sobre prevenção e proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual e apreender tendências gerais, possíveis polêmicas e/ou desafios postos para a abordagem do tema na formação graduada.

Contribuição importante para, em razão do perfil de profissional que se pretende formar, apreender em que medida o curso de Graduação em Serviço Social contribui para a formação de futuras(os) assistentes sociais capacitadas(os) teórica, ética e tecnicamente para a viabilização de acolhimento, atendimento e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.

Entre Saberes e Desafios: a visão de estudantes de Serviço Social sobre a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Verifica-se um reconhecimento às contribuições do curso na conformação da visão que as/os discentes têm atualmente sobre prevenção e proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual. Em mais da metade dos casos, as reflexões das/os participantes da pesquisa em torno da temática se deram no âmbito do curso de Serviço Social, por caminhos diversificados.

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus Sousa. Email: maria.clarica@professor.ufcg.edu.br

Chama atenção especialmente o quanto situações vivenciadas por estudantes de Serviço Social na sua infância e/ou adolescência somente passaram a serem reconhecidas como violência sexual após a inserção na graduação, a partir do envolvimento destas jovens nos debates fomentados no espaço acadêmico, sinalizando implicações da marca de gênero feminina no curso². A violência sexual vivenciada por estudantes de Serviço Social na sua infância e/ou adolescência já foi objeto de estudos anteriores, corroborando com investigações de outras áreas do conhecimento acerca dos impactos da violência sexual, vivida na infância e adolescência, em jovens universitários³.

Predomina entre discentes do curso a compreensão de que tanto crianças quanto adolescentes devem receber informações sobre como se protegerem, inclusive percebendo na educação sexual nas escolas uma contribuição para a prevenção às violências sexuais contra o segmento infanto-juvenil.

Identifica-se, contudo, considerável objeção a um trabalho de prevenção às violências sexuais voltado diretamente para a infância. Objeção esta atribuída principalmente ao receio de estímulo à erotização precoce e à compreensão da educação sexual como sendo uma responsabilidade exclusiva da família. Mesmo a posição favorável à educação sexual nas escolas sendo uma tendência predominante entre participantes da pesquisa, a confiança na preparação da escola para abordagem do tema mostrou-se inexpressiva.

Não por acaso, imersas em um contexto nacional de suposto confronto entre a defesa de crianças e adolescentes e as políticas de diversidade sexual e combate à desigualdade de gênero, legislações sociais e políticas públicas têm sido erigidas com base no discurso antigênero (OLIVEIRA, 2022). Dentre elas, as que visam combater a educação em sexualidade nas escolas. Concretamente, são políticas que atuam no sentido da desproteção da infância, sobretudo em relação à violência sexual, mas também no que diz respeito a infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

Ademais, ao se projetarem no cotidiano da atuação profissional, destaca-se significativo percentual das/os assistentes sociais em formação que se percebem inseguros, em alguma medida, para notificar as suspeitas ou ocorrências de violência sexual contra criança e adolescente. As

² Consideramos, para esta análise, os dados que indicam a ocorrência de violência sexual predominantemente contra o sexo feminino (contra meninas muito mais do que contra mulheres adultas), sem olvidar, entretanto, da expressiva subnotificação de violências sexuais entre a população masculina. Fenômeno, certamente, também relacionado com as implicações dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres em uma sociabilidade marcadamente patriarcal.

³ Conferir especialmente os estudos desenvolvidos por Nogueira (2013) e por Silva, Monge, Landi *et all* (2020).

principais razões para tanto dizem respeito ao medo de implicações possivelmente acarretadas pela notificação da violência para a sua vida pessoal e/ou profissional, a exemplo de ameaças ou retaliações que possa vir a sofrer por parte dos agressores e da possibilidade de arrolamento como testemunha.

Destacam-se ainda, dentre as razões apontadas pelos participantes da pesquisa para tal insegurança, fragilidades no âmbito da formação profissional e uma suposta necessidade de averiguação dos fatos precedendo a notificação da violência. Não por acaso mostra-se expressivo interesse pelo aprendizado acerca do tema, especialmente entre aqueles que consideram não possuir conhecimento sobre prevenção e proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.

Considerações Finais

Compreendemos como sendo de necessidade inadiável os devidos investimentos teóricos, políticos e pedagógicos na direção de melhor aportarmos os enfrentamentos às violências sexuais contra crianças e adolescentes no cotidiano da formação profissional de assistentes sociais, a partir mesmo da perspectiva *sui generis* posta pelo legado oriundo do processo de renovação profissional.

Portanto, sem perdermos de vista que para a conquista do horizonte de uma infância livre, há que se transformar radicalmente as relações materiais que determinam as desigualdades nas quais as vidas de tantas crianças e adolescentes se faz imersa e investir peremptoriamente na desconstrução da cultura e dos valores que sustentam a distorção de diferenças em desigualdades.

Referências Bibliográficas

NOGUEIRA, Jéssica Lima Rocha. **Violência sexual vivenciada por estudantes de Serviço Social na sua infância e/ou adolescência: mito ou verdade?**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013.

OLIVEIRA, Mariana Nicolau. Agenda antigênero e a mobilização de políticas para infância na era bolsonarista. **Serviço Social em Debate**. Minas Gerais, MG. v.5, n.1, p. 267-283, 2022.

SILVA, Flávia Calanca da; MONGE, Aline; LANDI, Carlos Alberto *et all*. Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários. **Revista de Saúde Pública**, n 54. São Paulo: SP, 2020.